



Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro da República portuguesa,

Senhor José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa,

1. A **Associação República e Laicidade** tomou conhecimento de que o Governo da República portuguesa decidiu, a pretexto da visita do Papa da Igreja Católica, conceder «tolerância de ponto» aos funcionários públicos de todo o território nacional no dia 13 de maio, e ainda aos do concelho de Lisboa no dia 11 de maio à tarde e aos do concelho do Porto no dia 14 de maio de manhã (*Correio da Manhã*, 14/4/2010). É previsível que esta decisão, como acontece com «tolerâncias de ponto» semelhantes, seja acompanhada por universidades, institutos e empresas públicas, e eventualmente por entidades privadas.

2. O senhor Primeiro-Ministro não ignora certamente que o Estado está separado das igrejas (nº4 do artigo 41º da Constituição da República portuguesa), que «ninguém pode ser (...) isento de obrigações ou deveres cívicos (...) por causa das suas convicções ou prática religiosa» (nº3 do mesmo artigo 41º), e que a Lei da Liberdade Religiosa (Lei nº16/2001, de 22 de Junho) estipula que «o Estado não discriminará nenhuma igreja ou comunidade religiosa relativamente às outras» (nº2 do artigo 2º), que «o Estado não adopta qualquer religião» (nº 1 do artigo 4º) e que «nos actos oficiais (...) será respeitado o princípio da não confessionalidade» (nº2 do artigo 4º). A «tolerância de ponto» concedida, e da qual se desconhece ainda a exacta justificação oficial, constitui um acto objectivo de promoção de uma religião, que discrimina

positivamente uma igreja ao facilitar a presença nos cultos religiosos previstos para esses dias, e que portanto atenta contra o princípio de laicidade do Estado.

3. A «tolerância de ponto» concedida é ainda mais difícil de entender por trazer inevitavelmente consequências para a produtividade nacional num momento de grave crise económica.

4. Por todas estas razões, senhor Primeiro-Ministro, a **Associação República e Laicidade** pede-lhe que repense a decisão ontem anunciada pela comunicação social.

Com os meus melhores cumprimentos,

Ricardo Alves

(Presidente da Direcção da **Associação República e Laicidade**)

Lisboa, 15 de Abril de 2010